



COMITÊ SOBRE A PROFICIÊNCIA LIMITADA EM INGLÊS

RELATÓRIO ANUAL DE 2021

Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês

O Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês foi estabelecido em 2008, de acordo com a meta de acesso do Plano Estratégico do Poder Judiciário, e está encarregado de “eliminar barreiras encontradas por indivíduos com proficiência limitada em inglês, tanto no acesso à informações e

procedimentos como nas instalações do Poder Judiciário.” O Comitê é co-presidido pela Ministra Maria Araujo Kahn e Alejandra Donath, Gerente da Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução (ITS - na sigla em inglês), e é constituído pelos seguintes membros¹:

Troy Brown
Brittany Kaplan
Richard Loffredo
Brandon Pelegano
Viviana Livesay (Consultora de Serviços Jurídicos)
Heather Collins (Funcionária de Apoio)

O Poder Judiciário tem o compromisso de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês (LEP - na sigla em inglês) tenham condições de acessar suas instalações, procedimentos e serviços. Esse compromisso é evidenciado pelo fato de o Judiciário ter alcançado o segundo lugar no *ranking* entre os 50 estados, Porto Rico e o Distrito de Colúmbia em prestação de acesso linguístico aos fóruns, de acordo com uma avaliação realizada em 2020 pelo Centro Nacional de Acesso à Justiça (NCAJ - na sigla em inglês) da Faculdade de Direito de Fordham.

Devido à pandemia que tem se espalhado pelo mundo desde 2020, houve um grande impacto à maneira pela qual o Poder Judiciário de Connecticut realiza suas funções. A mudança à realização de procedimentos por meio remoto e à utilização ampliada dos serviços remotos de interpretação foram necessárias. Apesar de tudo, o Poder Judiciário manteve o atendimento ao público e o acesso à justiça. Nunca houve interrupção dos serviços prestados aos indivíduos com LEP. Serviços de interpretação e tradução ainda são oferecidos sempre que necessários.

Em 2021, a ITS participou de mais de 43.000 ações que necessitavam de assistência linguística em 68 idiomas/dialetos diferentes. Isso inclui mais de 6.500 eventos pré-agendados realizados pelo Microsoft Teams, Cisco technologies e/ou por meio telefônico com a assistência de funcionários ou intérpretes contratados. Além disso, serviços telefônicos de interpretação foram utilizados mais de 20.000 vezes em 75 idiomas/dialetos diferentes quando necessários para o atendimento ao público. Em 2021 a ITS traduziu 217 formulários distintos do Poder Judiciário como também 97 documentos relacionados a causas específicas. A ITS também traduziu 15 comunicados específicos à pandemia de COVID-19.

Este relatório serve como uma atualização do trabalho do Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês no ano de 2021.

Iniciativas Constantes

Neste último ano, na tentativa de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês possam acessar as instalações, procedimentos e informações do Poder Judiciário, o Comitê tem trabalhado nas seguintes áreas:

Treinamento Contínuo Sobre LEP

¹ O Comitê gostaria de reconhecer a advogada Michelle Fica, dos Serviços Jurídicos de Connecticut. Sua presença e participação nas reuniões do Comitê têm sido de valor inestimável.

Em 2009, o Poder Judiciário desenvolveu um programa obrigatório de treinamento sobre indivíduos com LEP para todos os funcionários, o qual fornece informações sobre os requisitos federais sobre o oferecimento de serviços às pessoas com LEP, esclarece o papel do intérprete e especifica como obter serviços de assistência linguística e tradução. Esse programa também oferece treinamento de sensibilidade cultural. Mais de 2.300 funcionários participaram deste programa de meio dia de duração.

Em 2017 o treinamento sobre indivíduos com LEP passou para um formato à distância. Esse curso de 75 minutos fornece um resumo das obrigações do Judiciário de prover serviços às pessoas com LEP, esclarece o papel do intérprete, as diferenças entre o intérprete e o tradutor e explica como os funcionários do Judiciário podem obter assistência linguística 24 horas por dia, sete dias por semana. Esse curso já teve a participação de mais de 3.300 funcionários desde o seu lançamento. Em 2020, o treinamento foi revisado e regravado para conter as informações mais atuais.

Em 2018, o Comitê sobre LEP desenvolveu um treinamento à distância para as entidades que são contratadas pelo Poder Judiciário e que prestam serviços aos indivíduos com LEP. O treinamento abrange os requisitos federais sobre a prestação de serviços aos indivíduos com LEP, as responsabilidades das entidades com os indivíduos com LEP, de acordo com os termos dos seus contratos com o Poder Judiciário, a maneira pela qual uma entidade pode cumprir suas responsabilidades, a diferença entre a interpretação e a tradução, e dicas de como trabalhar com intérpretes. Desde seu lançamento, já teve a participação de mais de 950 indivíduos.

Em 2013 o treinamento sobre indivíduos com LEP foi oferecido aos juízes e aos juízes auxiliares da vara de família para execução de alimentos. Os juízes receberam treinamento adicional sobre LEP em 2016. Desde 2013, o treinamento sobre LEP tem sido incorporado ao programa de orientação para novos juízes e juízes auxiliares da vara de família para execução de alimentos fornecido a todos os recém nomeados. Em 2021, quinze juízes foram nomeados e receberam treinamento sobre LEP.

Questões relacionadas à proficiência limitada em inglês e à obrigação de prover serviços fazem parte de um treinamento mais abrangente oferecido pelo Presidente Robinson do Supremo Tribunal Estadual e pela Ministra Kahn. O treinamento também trata de viés implícito, competência cultural e da Lei para Americanos com Deficiência.

Documentos Essenciais

A constante identificação e tradução de documentos essenciais continua sendo uma prioridade do Comitê sobre LEP e do Poder Judiciário. Em 2013 e novamente em 2017, o Administrador Geral do Tribunal solicitou que os Diretores Executivos do Poder Judiciário identificassem os documentos essenciais utilizados por suas Divisões. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continua no processo de traduzir estes documentos para o espanhol, polonês e português. Em 2021, 217 documentos essenciais foram traduzidos para o espanhol, polonês e português. Todos os formulários traduzidos têm um indicador alertando os funcionários e o público de sua disponibilidade em outros idiomas.

Além dos documentos essenciais, vários comunicados e materiais de instrução sobre o uso e acesso aos procedimentos telepresenciais foram traduzidos para o espanhol.

Serviço Telefônico Bilingue

O Poder Judiciário de Connecticut contratou três serviços de prestação de assistência linguística telefônica, permitindo aos funcionários e indivíduos com proficiência limitada em inglês a comunicar-se através do uso de serviços de interpretação por telefone.

O Serviço Telefônico Bilingue está disponível em mais de 150 idiomas, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Está disponibilizado em todas as instalações do Poder Judiciário e também aos funcionários que trabalham fora das instalações do Poder Judiciário, via telefone celular, quando necessitam se comunicar com indivíduos com LEP. Em 2021, o Serviço Telefônico Bilingue foi utilizado mais de 20.000 vezes em 75 línguas/dialetos diferentes.

Tradução de Páginas do Site do Poder Judiciário

A grande maioria de requisições para intérpretes continua a ser para a língua espanhola (aproximadamente 88%). As próximas línguas mais requisitadas são português e polonês (aproximadamente 3% cada). Consequentemente, o Poder Judiciário continua a traduzir suas páginas da internet para o espanhol, português e polonês.

Atualização do Site

A página sobre LEP do Judiciário foi atualizada a fim de ser mais acessível e mais amigável ao usuário. O site, já traduzido para o espanhol, português e polonês, contém informações tais como o procedimento de requisição de serviços de interpretação, *links* para formulários traduzidos, recursos para indivíduos com LEP e dicas de como trabalhar com intérpretes. Além disso, uma conta de e-mail foi criada e divulgada no site para que o público possa contatar diretamente a Unidade de Serviços de Interpretação e Tradução.

Interpretação Remota por Vídeo

O início da pandemia de COVID-19 alterou, de forma fundamental, como a maioria dos procedimentos judiciais passaram a ser realizados. Anteriormente, a grande maioria de audiências e entrevistas era realizada presencialmente. Como resultado da pandemia, tornou-se necessário realizar os procedimentos por meio remoto. O Poder Judiciário aumentou, de forma significativa, o uso de telefones de conferência Polycom e aplicativos como Cisco technologies; além de implementar o uso da Justiça à Distância. Aparelhos foram comprados para permitir que os intérpretes pudessem atuar em todos os procedimentos necessários. A utilização dos meios remotos permitiu que a Unidade de Serviços de Interpretação e Tradução provesse serviços em procedimentos judiciais e entrevistas de forma mais eficiente.

Revisão do Plano de Acesso Linguístico

O Comitê sobre LEP revisou e revisou o Plano de Acesso Linguístico do Poder Judiciário. O Plano de Acesso Linguístico revisado, aprovado pelo Administrador Geral do Tribunal, foi traduzido para o espanhol, polonês e português e divulgado nos sites da Internet e Intranet do Judiciário.

Cartão de Informações

O Comitê elaborou um “cartilha de consulta rápida” que destaca como solicitar os serviços gratuitos de um intérprete; o papel do intérprete; o que o intérprete pode e não pode fazer, e dicas de como trabalhar com um intérprete. As informações da cartilha são em linguagem simples para garantir que as pessoas sem conhecimento dos serviços de interpretação entendam como estes funcionam. O cartão foi traduzido para o espanhol, português e polonês e distribuído às bibliotecas públicas do estado a fim de aumentar a divulgação sobre os serviços prestados às partes interessadas com LEP do Judiciário.

II. Planos Futuros

O Comitê sobre LEP reconhece a necessidade contínua do Poder Judiciário de prover acesso às suas instalações, seus processos e informações a todos os indivíduos com proficiência limitada em inglês. No próximo ano, o Comitê pretende concentrar-se nas seguintes áreas:

Documentos Essenciais

A tradução de documentos essenciais é uma iniciativa importante que está em andamento desde 2013. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continuará a traduzir os documentos essenciais para o espanhol, polonês e português.

Tradução de Ordens Judiciais

O Comitê sobre LEP propõe o desenvolvimento de um programa piloto para avaliar a viabilidade da tradução de ordens judiciais emitidas em causas específicas. Assim, os indivíduos com LEP poderão sair do fórum com um documento físico com a redação da ordem judicial escrita em sua língua nativa.

Treinamento

O treinamento sobre questões de LEP é uma prioridade contínua do Comitê sobre LEP e do Poder Judiciário. O Comitê sobre LEP elaborará um treinamento de reciclagem à distância sobre quando e como acessar os serviços de interpretação e tradução. O Comitê procurará tornar a participação anual no treinamento de reciclagem obrigatória para todos os funcionários do Poder Judiciário.

O Comitê elaborará um treinamento de reciclagem à distância para os juízes. O treinamento providenciará um resumo dos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário e como acessá-los.

O Comitê iniciará o desenvolvimento de um tutorial online para as partes interessadas externas sobre os serviços oferecidos pelo Poder Judiciário aos indivíduos com LEP e a maneira como esses serviços podem ser acessados.

O Presidente Robinson do Supremo Tribunal Estadual e a Ministra Kahn continuarão a fornecer o programa de treinamento sobre LEP, Competência Cultural, Viés Implícito e ADA às organizações e às agências que interagem com o Poder Judiciário.

Notificações Sobre Serviços de Interpretação e Procedimento de Queixa

O Comitê sobre LEP revisará as placas de sinalização ao público de suas instalações a fim de garantir que estas contêm linguagem informativa de que os serviços de interpretação estão disponíveis, de forma gratuita, aos indivíduos com LEP. O Comitê também avaliará a viabilidade de incluir linguagem semelhante nos formulários e publicações judiciais.

O Comitê sobre LEP também analisará a viabilidade de incluir linguagem nos comunicados e formulários sobre como apresentar uma queixa sobre os serviços de assistência linguística assim que o procedimento de queixa for elaborado.

DISVISÃO DE SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO
RELATÓRIO ESTATÍSTICO ANUAL, 2021

A ITS fornece assistência linguística presencial e remota para procedimentos judiciais.

O TBS fornece assistência linguística telefônica para atendimento ao público.

LANGUAGE	ITS	TBS
Línguas afro-asiáticas (amárico, oromo, somali)	16	3
Línguas akan (twi)	6	2
Albanês	134	32
Árabe/árabe marroquino/ árabe egípcio	198	88
Línguas bálticas (lituano)		1
Bósnio/croata/sérvio	12	1
Búlgaro	2	
Birmanês/karen/hakha chin	23	8
Cambojano	8	4
Mandarim/cantonês/fuzhou	323	88
Crioulos baseados no inglês (crioulo jamaicano)	7	1
Checo-eslovaco	30	8
Holandês		1
Francês/crioulo haitiano/crioulo francês	228	155
Gaélico	1	
Georgiano	7	
Grego	19	14
Hebraico	5	
Húngaro	5	1
Línguas indígenas da América Central (quiché, q'anjob'al)	16	
Indigenous languages of South America (Quechua)	1	
Línguas indo-iranianas/índicas (dari, bengalês, guzerate, hindi, panjabi, urdu, cingalês, nepalês, maialaia, telugo, farsi/persa, pastó, tâmil)	207	106
Italiano	14	15
Japonês	13	
Coreano	37	6
Laociano	18	9
Macedonian	2	2
Línguas malaio-polinésias (indonésio bahasa tagalog)	4	2
Línguas nigero-congolesas (lingala, jeje, quiniaruanda, suaíli, uolof, iorubá mandinga)	41	18
Línguas nilóticas (dinca)	1	
Polonês	249	131
Português/cabo-verdiano	509	551
Romeno	11	1
Russo	84	40
Espanhol	20586	18,618
Tailandês	16	7
Tibetano	16	
Turkic languages (Turkish)	33	24
Ucraniano	60	7
Vietnamita	75	60
	23017	20004